



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.631

Conde, 29 de novembro de 2019

criado pela Lei 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 01040/2019

(Projeto de Lei n.º 006/2019 - Autor: Vereador Daniel)

“Estabelece prioridade de atendimento a funcionário da Guarda Civil Municipal, fardados e em serviço, em filas para uso do caixa, em estabelecimentos comerciais no município de Conde e dá outras providências”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA, faço saber que o Poder Legislativo aprova eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica garantida a prioridade de atendimento a funcionário da guarda civil municipal, fardados e em serviço, em filas para uso do caixa, em estabelecimentos comerciais e da rede bancária, lotérica e assemelhados no município de Conde-PB.

Art. 2º - O estabelecimento comercial ou rede bancária, lotérica ou assemelhados deverá expor para seus clientes e usuários, mediante uso de cartaz ou outro instrumento visível, o direito do beneficiário da presente Lei.

Art. 3º - Fica Administração Pública Municipal autorizada a celebrar convênios com o PROCON ESTADUAL, a fim de garantir a fiscalização do disposto na presente Lei.

Art. 4º - O estabelecimento comercial ou rede bancária, lotérica e assemelhados que descumprir o disposto na presente Lei ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – aplicação de multa de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o primeiro descumprimento registrado;

II – aplicação em dobro do valor da penalidade pecuniária disposta no inciso I do presente artigo, para cada reincidência.

Parágrafo Único – Os recursos originários da aplicação das multas tipificadas no caput do presente artigo serão destinados aos programas de capacitação profissional da guarda civil municipal.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta no Diário Oficial.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conde - PB.
Gabinete da Prefeita, 28 de novembro de 2019.

MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

DECRETO Nº 0205/2019

CONDE-PB, 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional para autorização das despesas orçamentárias e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Conde, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, demais legislações vigentes e conforme a Lei Nº 10092019 de 14/01/2019

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais). Destinado a suplementar as seguintes dotações:

20600 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
2012 MANUT DAS ATIV DA SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0011.2012.3390360000.001 OUTROS SERV.DE TER.C. PES SOA FISICA	10.000,00	
Valor Total da Ação (2012) R\$	10.000,00	
Valor Total do Órgão (20600) R\$	10.000,00	
20700 SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL		
2925 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA		
04.123.0012.2925.3390470000.001 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	140.000,00	
Valor Total da Ação (2925) R\$	140.000,00	
Valor Total do Órgão (20700) R\$	140.000,00	
21000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
1099 CONST REF E AMPL DE EQUIP PUBLICOS E URBANIZAÇÃO		
17.605.0016.1099.3390390000.001 OUTROS SERV.DE TER.C. PES-SOA JURIDICA	20.000,00	
Valor Total da Ação (1099) R\$	20.000,00	
Valor Total do Órgão (21000) R\$	20.000,00	
21500 SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL		
2043 MANUT DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.244.0033.2043.3190040000.001 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	75.000,00	
Valor Total da Ação (2043) R\$	75.000,00	
Valor Total do Órgão (21500) R\$	75.000,00	
21600 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2048 MANUT DAS ATIV DO PROG DE ATENÇÃO BÁSICA PAB-FIXO		
10.301.0034.2048.3390390000.212 OUTROS SERV.DE TER.C.PES-SOA JURIDICA	5.000,00	
Valor Total da Ação (2048) R\$	5.000,00	
2055 MANUT DAS ATIV DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL		
10.302.0034.2055.3390390000.212 OUTROS SERV.DE TER.C.PES-SOA JURIDICA	5.000,00	
Valor Total da Ação (2055) R\$	5.000,00	
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA		
10.303.0034.2061.3390320000.212 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	5.000,00	
Valor Total da Ação (2061) R\$	5.000,00	
2063 MANUT DAS ATIV DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
10.305.0034.2063.3390390000.212 OUTROS SERV.DE TER.C.PES-SOA JURIDICA	17.000,00	
Valor Total da Ação (2063) R\$	17.000,00	



Valor Total do Órgão (21600) R\$	32.000,00
Valor Total R\$	277.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito supracitado fica anulado o crédito orçamentário no valor de R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais). Describido nas seguintes dotações:

21400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2031 DESENVOLV E MANUT DAS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR

12.361.0026.2031.339039000.123 OUTROS SERV.DE TER.C.PES- 157.000,00
SOA JURIDICA

Valor Total da Ação (2031) R\$ 157.000,00

Valor Total do Órgão (21400) R\$ 157.000,00

21600 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1101 REQUALIFICAÇÃO, CONST, AMP. E REFORMA DE UBS

10.301.0034.1101.4490510000.220 OBRAS E INSTALACOES 120.000,00

Valor Total da Ação (1101) R\$ 120.000,00

Valor Total do Órgão (21600) R\$ 120.000,00

Valor Total R\$ 277.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

leal eee
MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

Prefeita

DECRETO Nº 0206/2019 CONDE-PB, 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO LANÇAMENTO DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS – TCR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. nº. 60 da Lei nº. 01/2012 – Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de revisão do lançamento da Taxa de Coleta de Resíduos TCR, com base no § 1º do Art. nº. 183, e do Art. nº. 188 da Lei Complementar Municipal nº 0967/2017 – Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, para fins do cálculo da Taxa de Coleta de Resíduos TCR, exercício de 2019, conforme disposto no § 1º do Art. nº. 183 e Art. nº. 188 Lei Complementar Municipal nº 0967/2017 - Código Tributário Municipal, o valor de 0,5 (cinco décimos) da Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba – UFR do mês de janeiro de 2019, correspondente ao valor de R\$ 24,70 (vinte e quatro reais e setenta centavos).

Art. 2º A Secretaria da Fazenda revisará, de ofício e com base na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, os valores lançados referentes ao exercício de 2019, ajustando-os aos termos do artigo anterior.

§1º Apurado tributo pago a maior, este será compensado com o valor da Taxa de Coleta de Resíduos - TCR a ser lançada no exercício de 2020.

§2º Efetuada a compensação prevista no parágrafo anterior e remanescendo saldo a restituir, o valor poderá ser compensado com outros tributos, vencidos ou vincendos, em nome do proprietário do imóvel na data da efetiva compensação.

§3º A restituição e/ou compensação far-se-á pelo valor atualizado nos termos dos artigos 26 e 30 da Lei Complementar Municipal nº 0967/2017 - Código Tributário Municipal

Art. 3º Os Documentos de Arrecadação Municipal – DAM da Taxa de Coleta de Resíduos TCR, com os valores revisados nos termos do art. 2º deste Decreto, serão disponibilizadas aos proprietários de imóveis e

responsáveis tributários no site do Município: <https://conde.pb.gov.br/>, ou poderão ser retiradas junto à Secretaria Municipal da Fazenda situada na Rod. 018/PB, Km 2,7, centro, Conde/PB.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

leal eee
MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA

Prefeita

LICITAÇÃO E COMPRAS

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 00004/2019

Torna público que fará realizar através da Comissão Municipal de Licitação, sediada na Rodovia PB 018 - Km 3,5, S/Nº - Centro - Conde - PB, às 09:00 horas do dia 07 de Janeiro de 2020, licitação modalidade Concorrência, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa de engenharia especializada no segmento de limpeza pública, para a execução simultânea dos serviços de limpeza pública em vias e logradouros públicos de toda a área do Município de Conde, conforme especificações do Projeto Básico anexo I do Edital. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licita@conde.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conde - PB, 28 de Novembro de 2019

JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Presidente da Comissão

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00075/2019

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rodovia PB 018 - Km 3,5, S/Nº - Centro - Conde - PB, às 09:00 horas do dia 12 de Dezembro de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: Aquisição de Botijões de gás e recarga de gás para atender as necessidades dos dois novos CREIS municipais. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3555/00; Decreto Municipal nº 0146/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licita@conde.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conde - PB, 28 de Novembro de 2019

JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO

Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que o (a) servidor (a) **MARINALVA BEIJAMIM DE PAIVA**, mat. 177 que, foi lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e portador (a) do PIS/PASEP/NIT nº 1.702.286.241-7, ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 06/09/1984, conforme o registro de empregados.

Conde, 29 de novembro de 2019.

Barbara
BÁRBARA DE FREITAS LINS CRUZ

Secretaria Municipal de Administração



FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Ficha de Registro de Empregado.
- Portaria 082/1984

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO

Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que o (a) servidor (a) **LINDALVA CARNEIRO DOS SANTOS**, mat. 179 que, foi lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e portador (a) do PIS/PASEP/NIT nº 1.702.286.252-2, ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 06/09/1984, conforme o registro de empregados.

Conde, 29 de novembro de 2019.

BÁRBARA DE FREITAS LINS CRUZ
Secretaria Municipal de Administração

FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Ficha de Registro de Empregado.
- Portaria 084/1984

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO

Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que o (a) servidor (a) **MARIA NEVES DE OLIVEIRA**, mat. 628 que, foi lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e portador (a) do PIS/PASEP/NIT nº 1.702.825.472-9, ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 03/03/1986, conforme o registro de empregados.

Conde, 29 de novembro de 2019.

BÁRBARA DE FREITAS LINS CRUZ
Secretaria Municipal de Administração

FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Ficha de Registro de Empregado.
- Portaria 212/1986

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DATA DE INGRESSO

Ratificamos para os fins de comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e/ou outros Órgãos de controle, que o (a) servidor (a) **MARIA DAS GRAÇAS DE MOURA DANTAS**, mat. 225 que, foi lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e portador (a) do PIS/PASEP/NIT nº 1.204.399.564-4, ingressou no Serviço Público do Município de Conde em 01/03/1985, conforme o registro de empregados.

Conde, 29 de novembro de 2019.

BÁRBARA DE FREITAS LINS CRUZ
Secretaria Municipal de Administração

FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Ficha de Registro de Empregado.
- Portaria 121/1985

SECRETARIA DE FAZENDA

ESTADO DA PARAÍBA
32-CONDE (PODER EXECUTIVO)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Bimestre : 09/2019 - 10/2019

Página : 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		98.788.456,00	
Previsão Atualizada		98.788.456,00	
Receitas Realizadas		75.237.117,01	
Deficit Orçamentário		0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		98.788.456,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		98.788.456,00	
Despesas Empenhadas		78.457.211,04	
Despesas Liquidadas		67.976.491,75	
Despesas Pagas		67.870.930,00	
Superávit Orçamentário		7.260.525,25	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		78.457.211,04	
Despesas Liquidadas		67.976.491,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		84.017.905,10	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		5.754.968,02	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		4.293.552,61	
Resultado Previdenciário		1.471.416,41	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO			
	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	63.946.200,00	5.576.405,16	89,7%
Resultado Primário	-1.709.335,00	4.593.990,94	-37%
RESTOS A PAGAR PÓR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO			
	Inscrição	CANCELAMENTO Até o Bimestre	PAGAMENTO Até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
Poder Executivo	5.245.087,79	0,00	532.092,67
Poder Executivo	0,00	0,00	4.712.995,11
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
Poder Executivo	5.107.998,49	363.256,91	3.648.304,55
Poder Executivo	5.107.998,49	363.256,91	1.096.437,03
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.353.086,27	363.256,91	4.180.397,22

(Continua)

ESTADO DA PARAÍBA
32-CONDE (PODER EXECUTIVO)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Bimestre : 09/2019 - 10/2019

Página : 2

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25% das Receitas de Impostos na MDE	11.831.878,08	<18% / 25%	27,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	11.936.255,29	60%	59,40
Complementação da UNAN ao FUNDEF	0,00	100%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00		0,00
Despesa de Capital Líquida	7.203.516,11		2.620.002,29
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício
Plano Previdenciário			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00
Aplicação de Recursos da Alienação de Ativos	0,00		9.823.618,40
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre		Limite Constitucional Anual
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com	7.738.600,95	15%	14,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado Até o Exercício Corrente	
Total das Despesas /RCL (%)			0,00%

FONTE: Sistema: PJPCTB/V7.00.037, Unidade Responsável: Secretaria de Finanças, Data de emissão: 27/11/2019 e hora de emissão: 15:45:15.

NOTA:

MARIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
GESTOR

RICARDO MEDEIROS DE QUEIROZ
CRC: 860520-5
CONTADOR



ESTADO DA PARAÍBA
32-CONDE (PODER EXECUTIVO)
Relatório resumido da execução orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social

Página : 1 / 2

RREO - ANEXO XI (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Av. Bimestre (g)	% (d/c 100)
RECEITAS DE IMPÓSTOS (I)				
Imposto sobre Terreno Urbano (ITU)	10.500.000,00	10.200.000,00	8.750.400,00	83,31
Imposto sobre Transmissão de Bens Intangíveis (ITB)	2.400.000,00	2.000.000,00	2.010.400,00	88,39
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS)	3.000.000,00	3.200.000,00	2.075.700,00	65,28
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4.000.000,00	4.000.000,00	2.573.277,40	64,45
Mulhas Juntas de Mulheres Outras Encargos dos Impostos	1.10.10.000,00	1.110.000,00	980.560,12	88,33
Outras Receitas de Impostos	300.000,00	300.000,00	504,07	0,16
Mulhas Juntas de Mulheres Outras Encargos da Contribuição Social	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00
Mulhas Juntas de Mulheres Outras Encargos da Contribuição Social	200.000,00	200.000,00	51.275,40	42,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGISLATIVAS (II)	30.350.000,00	30.632.550,00	34.400.810,00	94,44
Cota Parte FPM	22.000.000,00	22.000.000,00	16.117.312,36	75,07
Cota Parte FGTS	10.350,00	10.350,00	5.444,48	52,45
Cota Parte FPM	800,00	800,00	400,00	50,00
Cota Parte CMN	17.000.000,00	17.000.000,00	14.405.000,45	83,30
Cota Parte FPM-Experição	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
Compreensão Financeira Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
Desoneração CMN (LC 21/2012)	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
Outros	90.100,00	90.100,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (II) - 1.8	90.100.000,00	90.100.000,00	42.204.504,62	46,42

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Av. Bimestre (d)	% (d/c 100)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.550.000,00	6.550.000,00	5.568.400,20	87,04
Previdência Social	6.450.000,00	6.450.000,00	5.101.416,63	86,50
Previdência Social	60.000,00	50.000,00	73.840,00	140,87
Outras Receitas de Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL DE CREDITO VINCULADA À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.150.000,00	7.150.000,00	5.600.400,20	79,73

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Referência do Despesa)	Dotação INICIAL	Dotação ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	Inscrições em Despesas a Pagar não Processada (d/c 01)
			Av. Bimestre (g)	% (d/c 100)		
DESPESAS CORRENTES	13.548.550,00	14.862.791,00	10.254.765,52	84,47	10.216.132,74	68,73
Previdência Social e Encargos Sociais	9.300.000,00	10.644.000,00	8.522.000,41	80,55	8.522.000,41	80,05
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.515.750,00	4.217.291,00	4.022.723,11	95,00	1.604.114,33	40,16
Investimentos	1.815.450,00	942.325,00	926.540,00	96,05	664.209,44	63,31
Investimentos	1.815.450,00	942.325,00	926.540,00	96,05	664.209,44	63,31
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.364.302,00	15.705,17,00	13.361.301,26	90,20	10.800.400,18	65,75

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação INICIAL	Dotação ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	Inscrições em Despesas a Pagar não Processada (d/c 01)
			Av. Bimestre (g)	% (d/c 100)		
DESPESAS COM ATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSESSORES DA MÍDIA NÃO ATENDE AO PRÍNCIPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTAS E OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Transferência de Sistema Único de Saúde - SUS	2.000.000,00	1.931.000,00	1.490.000,00	76,87	1.490.000,00	76,87
Reserva de Operações de Crédito	6.000.000,00	6.285.000,00	5.945.900,07	93,07	4.462.422,30	41,31
Outras Receitas	600.000,00	205.000,00	203.890,76	2,19	165.004,54	1,56
TOTAL DAS DESPESAS COM DESPESAS CUSTAS E OUTROS RECURSOS INSERIDAS INDEVIDAMENTE NO EXERC. SEM DESPON. FINANCEIRAS (V)	7.400.000,00	7.590.000,00	5.685.790,83	72,00	3.057.426,85	10,00
DESPESAS CUSTAS E OUTROS RECURSOS VINCULADOS INDEVIDAMENTE NO EXERC. SEM DESPON. FINANCEIRAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (VI)	7.400.000,00	7.590.000,00	5.685.790,83	72,00	3.057.426,85	10,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS, TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGISLATIVAS (VII) - 100% - 100% - LIMITE CONSTITUCIONAL	Dotação INICIAL	Dotação ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	Inscrições em Despesas a Pagar não Processada (d/c 01)
			Av. Bimestre (g)	% (d/c 100)		
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	7.590.000,00	7.590.000,00	5.685.790,83	72,00	3.057.426,85	10,00

14,59

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (100% - 0% = 100%)

-171.156,44

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR DEUCITADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (10



ESTADO DA PARAÍBA
32-CONDE (PODER EXECUTIVO)
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas Por Função-Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Bimestre : 09/2019 - 10/2019

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO	DOAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS						DESPESAS LIQUIDADAS						INSCRITOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS									
			INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	%	SALDO	No Bimestre	Até o Bimestre	%	SALDO	No Bimestre	Até o Bimestre	%	SALDO	No Bimestre	Até o Bimestre	%	SALDO				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			94.459.466,00	94.459.466,00	13.859.364,37	75.454.151,16	14.027.046,00	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	14.450.434,37	0,00		
01 LEGISLAÇÃO	2.666.381,50	3.686.381,50	568.031,36	2.826.426,29	3,60	859.927,71	568.031,36	2.826.426,29	2.826.426,29	4.16	859.927,71	2.826.426,29	4.16	859.927,71	2.826.426,29	4.16	859.927,71	2.826.426,29	4.16	859.927,71	0,00			
02 AÇÃO LEGISLATIVA	3.686.381,50	3.686.381,50	568.031,36	2.826.426,29	3,60	859.927,71	568.031,36	2.826.426,29	2.826.426,29	4,16	859.927,71	568.031,36	2.826.426,29	4,16	859.927,71	568.031,36	2.826.426,29	4,16	859.927,71	0,00				
03 AÇÃO JUDICIÁRIA	321.000,00	429.700,00	52.585,16	302.446,76	0,43	80.274,34	52.585,16	302.446,76	80.274,34	0,43	80.274,34	52.585,16	0,43	80.274,34	52.585,16	0,43	80.274,34	52.585,16	0,43	80.274,34	0,00			
04 ADMINISTRAÇÃO	11.714.000,00	16.246.446,75	2.179.440,52	12.757.161,25	16,25	3.446.224,50	2.179.440,52	12.757.161,25	12.757.161,25	17,05	4.615.771,54	2.179.440,52	12.757.161,25	17,05	4.615.771,54	2.179.440,52	12.757.161,25	17,05	4.615.771,54	2.179.440,52	12.757.161,25	0,00		
05 POLÍTICAS SOCIAIS E CRIANÇA E ADOLESCENTE	6.102.000,00	8.963.365,75	1.471.271,29	8.108.145,29	10,34	1.541.821,46	1.471.271,29	8.108.145,29	1.471.271,29	10,45	1.541.821,46	1.471.271,29	10,45	1.541.821,46	1.471.271,29	10,45	1.541.821,46	1.471.271,29	10,45	1.541.821,46	0,00			
06 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	2.710.000,00	2.904.000,00	2.068.474,74	2.616.474,74	2,63	515.591,26	2.068.474,74	2.616.474,74	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	0,00			
07 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.381.000,00	1.680.700,00	268.563,18	1.100.645,67	1,43	309.654,13	1.381.000,00	1.680.700,00	1.381.000,00	1,39	309.654,13	1.381.000,00	1,39	309.654,13	1.381.000,00	1,39	309.654,13	1.381.000,00	1,39	309.654,13	0,00			
08 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.045.000,00	1.200.000,00	291.300,00	1.102.300,00	0,99	300.000,00	1.045.000,00	1.200.000,00	1.045.000,00	1,00	300.000,00	1.045.000,00	1,00	300.000,00	1.045.000,00	1,00	300.000,00	1.045.000,00	1,00	300.000,00	0,00			
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.678.480,00	5.678.480,00	848.588,04	4.895.500,07	5,65	1.393.141,93	5.678.480,00	5.678.480,00	4.895.500,07	5,60	1.393.141,93	5.678.480,00	5,60	1.393.141,93	5.678.480,00	5,60	1.393.141,93	5.678.480,00	5,60	1.393.141,93	0,00			
10 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.710.000,00	2.904.000,00	2.068.474,74	2.616.474,74	2,63	515.591,26	2.068.474,74	2.616.474,74	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	2.068.474,74	2,95	515.591,26	0,00			
11 SAÚDE	14.774.442,50	15.320.677,00	2.487.444,77	13.008.805,00	16,85	2.154.813,44	14.774.442,50	15.320.677,00	14.774.442,50	17,05	2.154.813,44	14.774.442,50	17,05	2.154.813,44	14.774.442,50	17,05	2.154.813,44	14.774.442,50	17,05	2.154.813,44	0,00			
12 POLÍCIA	2.710.000,00	2.904.000,00	368.923,58	2.604.474,74	2,63	515.591,26	2.710.000,00	2.904.000,00	2.604.474,74	2,95	515.591,26	2.710.000,00	2,95	515.591,26	2.710.000,00	2,95	515.591,26	2.710.000,00	2,95	515.591,26	0,00			
13 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.624.000,00	4.624.000,00	1.000.000,00	3.624.000,00	1,00	300.000,00	4.624.000,00	4.624.000,00	3.624.000,00	1,00	300.000,00	4.624.000,00	1,00	300.000,00	4.624.000,00	1,00	300.000,00	4.624.000,00	1,00	300.000,00	0,00			
14 SUPORTES PROFÍCIAIS E TERAPÉUTICO	681.000,00	716.000,00	0,00	27.830,00	0,00	3.168.000,00	681.000,00	716.000,00	27.830,00	0,00	3.168.000,00	681.000,00	0,00	3.168.000,00	681.000,00	0,00	3.168.000,00	681.000,00	0,00	3.168.000,00	0,00			
15 VIABILIZAÇÃO	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00			
16 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	36.777.472,00	30.000.720,75	4.000.043,05	28.000.540,75	16,38	4.403.741,51	36.777.472,00	30.000.720,75	4.000.043,05	16,38	4.403.741,51	36.777.472,00	16,38	4.403.741,51	36.777.472,00	16,38	4.403.741,51	36.777.472,00	16,38	4.403.741,51	36.777.472,00	16,38	4.403.741,51	0,00
17 ENSENAÇÃO	32.000.000,00	32.000.000,00	4.000.043,05	28.000.540,75	16,38	4.403.741,51	32.000.000,00	32.000.000,00	4.000.043,05	16,38	4.403.741,51	32.000.000,00	16,38	4.403.741,51	32.000.000,00	16,38	4.403.741,51	32.000.000,00	16,38	4.403.741,51	32.000.000,00	16,38	4.403.741,51	0,00
18 GESTÃO AMBIENTAL	732.000,00	5.830.500,00	1.773.430,00	5.614.614,33	2,79	1.402.857,00	732.000,00	5.830.500,00	1.773.430,00	2,79	1.402.857,00	732.000,00	2,79	1.402.857,00	732.000,00	2,79	1.402.857,00	732.000,00	2,79	1.402.857,00	732.000,00	2,79	1.402.857,00	0,00
19 PREVENÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	2.710.000,00	2.710.000,00	0,00	0,00	
20 EXTENSÃO RURAL	470.000,00	510.500,00	80.814,00	411.176,95	0,52	102.330,00	470.000,00	510.500,00	80.814,00	0,52	102.330,00	470.000,00	0,52	102.330,00	470.000,00	0,52	102.330,00	470.000,00	0,52	102.330,00	470.000,00	0,52	102.330,00	0,00
21 COMÉRCIO, SERVIÇOS E FINANÇAS	862.085,00	915.089,00	85.500,00	810.500,00	0,91	210.306,00	862.085,00	915.089,00	85.500,00	0,91	210.306,00	862.085,00	0,91	210.306,00	862.085,00	0,91	210.306,00	862.085,00	0,91	210.306,00	862.085,00	0,91	210.306,00	0,00
22 COMUNICAÇÕES	962.000,00	962.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	962.000,00	962.000,00	0,00	0,00	0,00	962.000,00	962.000,00	0,00	0,00	962.000,00	962.000,00	0,00	0,00	962.000,00	962.000,00	0,00	0,00	
23 COMUNICAÇÕES SOCIAIS	730.000,00	1.030.000,00	917.300,00	517.300,00	0,86	1.030.000,00	730.000,00	1.030.000,00	917.300,00	0,86	1.030.000,00	730.000,00	0,86	1.030.000,00	730.000,00	0,86	1.030.000,00	730.000,00	0,86	1.030.000,00	730.000,00	0,86	1.030.000,00	0,00
24 COMUNICAÇÕES SOCIAIS	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	
25 COMUNICAÇÕES SOCIAIS	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	
26 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	
27 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	
28 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	
29 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00	645.000,00	0,00	0,														

**Aprova o Plano Municipal de Saúde de 2019.**

A plenária do Conselho Municipal de Saúde do Município de Conde-PB, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

O inciso XVIII do Art. 16, da Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que atribui ao Ministério da Saúde a competência para elaborar o planejamento estratégico nacional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em cooperação com os estados, os municípios e o Distrito Federal;

O Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

A Portaria Nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

O compromisso internacional assumido pelo Brasil e pelo município de Conde-PB, do cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, lançado em 08 de março de 2004, que visa monitorar a implementação de ações de proteção à saúde da criança e da mulher;

Os compromissos firmados no Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e na Amazônia Legal, no âmbito do Compromisso para Acelerar a Redução da Desigualdade na Região Nordeste e na Amazônia Legal lançado pela Presidência da República em 2009;

O Plano de Governo 2017/2020 da Prefeita Municipal;

As Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI) da Pactuação Interfederativa 2017/2021 do Ministério da Saúde;

A Resolução Nº 09 deste Conselho Municipal de Saúde, de 18 de dezembro de 2017, que aprova o Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2018-2021;

Os Indicadores do Programa Saúde na Escola;

Os Indicadores do Programa de Melhoria e Acesso e Qualidade na Atenção Básica (PMAQ);

Os Indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS);

Que o planejamento constitui instrumento estratégico para a gestão nas três esferas de governo;

Que a organização e o funcionamento de um sistema de planejamento do SUS configuram mecanismo relevante para o efetivo desenvolvimento das ações e alcance de metas;

Que a atuação sistêmica do planejamento contribuirá, oportunamente, para a resolubilidade e a qualidade da gestão, das ações e dos serviços prestados a população Condense;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a Plano Municipal de Saúde de 2019, conforme documento anexo;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Conde - PB.

Maria José da Silva Pedro
MARIAJOSÉ DA SILVA PEDRO

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde

ANEXO**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MUNICÍPIO: CONDE-PB****PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE (PMS)
2018-2021****ÍNDICE****APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA****1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

1.1.	Informações Territoriais	4
1.2.	Secretaria de Saúde	4
1.3.	Informações da Gestão	4
1.4.	Fundo de Saúde	4
1.5.	Plano de Saúde	4

1.6.	Povos Tradicionais e Refugiados	5
1.6.1.	Indígenas Tabajaras	5
1.6.2.	Comunidade Quilombola	5
1.6.3.	Refugiados	5
2.	ANÁLISE SITUACIONAL	
2.1.	Perfil Epidemiológico	6
2.1.1.	População estimada por sexo e faixa etária	7
2.1.2.	Nascidos Vivos	7
2.1.3.	Principais causas de internação	8
2.1.4.	Mortalidade por grupos de causas	9
2.1.5.	Mortalidade por DCNT prematura	10
2.1.6.	Mortalidade Infantil	11
2.1.7.	Mortalidade Materna	11
2.2.	Rede Física dos Serviços de Saúde	12
2.3.	Rede de Atenção à Saúde	13
2.4.	Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	14
2.5.	Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde e Gestão	14
2.6.	Participação Social	15

3- DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES ...16**4 - PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 27****APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Garantindo a promoção do acesso com qualidade às ações e no fortalecimento do SUS, este PMS orientará a gestão municipal para o quadriênio 2018/2021. Ao longo dos anos, o SUS acumulou experiências de planejamento, com base no fortalecimento e aperfeiçoamento de sua lógica federativa e no reforço do controle e participação social. Este plano está estruturado conforme capacidade instalada das ações e serviços municipal e em consonância com as diretrizes dos Plano Nacional de Saúde (PNS) e Plano Estadual de Saúde (PES), que compreendem as ações estratégicas e os compromissos para o setor saúde, tendo sido discutido e aprovado no CMS.

Sua elaboração teve início em outubro de 2017 e foi reorganizado em 2019, onde em seu processo de construção envolveu desde a análise da situação de saúde municipal, até a formulação das propostas de ação para atingir os compromissos assumidos pela gestão municipal no Plano de Governo, com os ODS e com as demandas das Audiências Públicas do Orçamento Democrático (OD) do município. Consideramos também as proposições das Conferências Macrorregional de Saúde da Mulher, Regional de Vigilância em Saúde e a Conferência Municipal de Saúde. O antigo Plano foi revisitado e avaliado com cautela, a partir da análise sentiu-se a necessidade de potencializar o plano e superar desafios existentes na busca de adequar a realidade local e a nossa capacidade.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Conde/PB tem o prazer de apresentar as reformulações do plano municipal de saúde. Tendo em vista, que é um instrumento de gestão dinâmico e flexível no processo de planejamento das ações e serviços de saúde, e potencializa o direcionamento do Sistema Único de Saúde.

A mudança do Plano Municipal de Saúde-PMS foi elaborada após amplos debates e profundas reflexões com a população por meio das Pré Conferências, Conferência Municipal de Saúde; com a equipe de trabalho em saúde, levando em consideração os três níveis de atenção e as redes temáticas de atenção à saúde-RAS; análise dos indicadores do município e do estado, análise dos Planos Estadual e Nacional de Saúde, e do Plano Plurianual do município (PPA). Também, foi levado em consideração as normas e modelos para a construção do PMS, respeitado o conceito e funcionalidade das diretrizes, objetivos e metas.

O resultado busca perfeita sintonia com a efetivação do Sistema Único de Saúde-SUS e pretende ser uma importante ferramenta de concretização das metas estabelecidas, de modo a impulsionar o trabalho em equipe e fortalecer a atenção à saúde para a população. Estamos confiantes de que todo o esforço empreendido nessa reformulação do plano seja operacionalizado de sucesso.

I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**1-Identificação****1.1. Informações Territoriais**

UF: Paraíba Município: Conde Área: 123,74 hab/km²

População: 24.323,00 estimado para 2018

1.2. Secretaria de Saúde



Razão Social da Secretaria Municipal de Saúde: Prefeitura Municipal de Conde
- PB CNES: 6372376
CNPJ: 08.916.645/0001-80

Endereço: Rua Paulo da Rocha Barreto, 79, centro Telefone:

Email: secretariasaudedecondepb@gmail.com

1.3 Informações da Gestão

Prefeita: Márcia de Figueiredo Lucena Lira

Secretaria de Saúde em Exercício: Renata Martins Domingos Email secretário: renata.m.domingos@gmail.com

Telefone secretaria: 83 98804-1703

1.4. Fundo de Saúde

Lei de criação: Lei 154

Data de Criação: 20/12/2005 CNPJ: 08916645/0001-80

Natureza Jurídica: Municipal

Nome do Gestor do Fundo: Renata Martins Domingos

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde: 2018-2021

Status do plano: concluído

1.6 Povos Tradicionais e Refugiados

1.6.1 Indígenas Tabajara

Os povos tradicionais do Município de Conde são Tabajara, habitam as aldeias em duas localidades no litoral, Mata da Chica e Gramame. O povo Tabajara habita o município de Conde desde da época que o local era conhecido como Aldeamento da Jacoca, início de 1600.

Número de Aldeias Indígenas	Localidades
1	Mata da Chica
	Gramame

1.6.2 Comunidade Quilombola

No Município de Conde/PB, existem três Comunidades Quilombolas, as comunidades quilombolas são grupos étnicos constituídos pela população negra, que são definidas a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais garantido pelo decreto nº 4.887, de 2003.

Número de Comunidades Quilombolas	Localidades
1	Gurugi
1	Ipiranga
1	Mituaçu

1.6.3 Refugiados

Em Conde, existe a Casa do Imigrante para acolhida dos refugiados. Os refugiados são caracterizados por pessoas que são deslocadas para outro local por necessidade de proteção de vida e integridade. Quando a guerra ou a agitação civil devastam a comunidade, a qual, pertence e elas têm apenas duas opções: a morte por privação, assaltos ou genocídios, ou a vida no exílio.

Casa de Refugiados	Localidade
1 Casa do Imigrante	Jacumã

II - ANÁLISE SITUACIONAL

2.1 Perfil Epidemiológico

O município de Conde é composto por população de 24.380 habitantes (2016), com densidade demográfica de 141 hab/km² e PIB per capita de R\$ 18.678,44 (2011) (Fonte: Sistema de Nota Técnica do DESF). Compõem a população de Conde as comunidades quilombolas de Gurugi, de Ipiranga e de Mituaçu, conviventes com as aldeias Tabajara Barra de Gramame e Mata da Chica, como também com migrantes referenciados pela Casa Village. Em relação ao trabalho e rendimento, segundo IBGE, a média salarial era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,7%. Dados apontam que 48% da população situava-se em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95,6 em 2010. No que tange ao saneamento básico, o município apresenta 16,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 29,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quanto aos dados

epidemiológicos e capacidade instalada no âmbito da saúde, segundo o Censo IBGE/2010, a maior parte da população se concentra nas faixas etárias de 0 a 29 anos (58%), vindo à população idosa, em posição oposta, a ocupar uma parcela bastante minoritária (7,8%). Dentre as principais causas de internação, situam-se, em ordem decrescente, gravidez, parto e puerpério; lesões por causas externas; doenças do aparelho respiratório; doenças infecciosas e parasitárias (Fonte: SIH/SUS). As principais causas de óbitos estão as de doenças do aparelho circulatório, lesões por causas externas e neoplasias.

2.1. 1-População Estimada por sexo e faixa etária

Período: 2010

Quadro. População Estimada por sexo e faixa etária, Conde 2010

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	1074	992	2066
5 a 9 anos	1060	989	2049
10 a 14 anos	1131	1081	2212
15 a 19 anos	1078	1124	2202
20 a 29 anos	2039	1997	4036
30 a 39 anos	1588	1649	3.237
40 a 49 anos	1165	1156	2321
50 a 59 anos	795	794	1589
60 a 69 anos	504	495	999
70 a 79 anos	239	237	476
80 anos e mais	82	124	206
Total	10755	10638	21393

Fonte:

IBGE Data de consulta: 27/03/2019

2.1.2- Nascidos Vivos

Tabela: Número de Nascidos Vivos por Residência da Mãe

Nascidos Vivos em Conde	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nascidos Vivos	458	489	459	492	502	447

2.1.3- Principais Causas de Internação

Tabela: morbidade hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	121	113	77	67	90
II. Neoplasias (tumores)	11	56	77	54	51
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	11	11	11	6	9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	32	31	21	24	21
V. Transtornos mentais e comportamentais	51	49	50	41	42
VI. Doenças do sistema nervoso	10	17	10	14	6
VII. Doenças do olho e anexos	4	-	3	-	3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	1	-	2	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	72	78	59	64	67
X. Doenças do aparelho respiratório	162	183	211	147	111
XI. Doenças do aparelho digestivo	113	109	103	100	84
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6	25	25	19	23
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	20	8	12	11	12
XIV. Doenças do aparelho geniturário	78	79	71	66	60
XV. Gravidez parto e puerpério	411	434	400	463	531
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	27	25	27	30	32
XVII. Malformações, deformidades e anomalias cromossômicas	8	8	12	5	7
XVIII. Sintomas e achados anormais clínicos e laboratoriais	30	19	22	14	21
XIX. Lesões, envenenamento e efeitos colaterais causados por agentes externos	129	147	122	153	142
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-



XXI. Contatos com serviços de saúde	28	29	21	21	18
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido					
Total	1374	1422	1376	1301	1331

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 26/03/2019

2.1.4-Mortalidade por Grupo de Causas

Tabela: mortalidade de residentes, segundo capítulo da CID-10

Capítulo CID-10	2012	2013	2014	2015	2016
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	6	5	10	7
II. Neoplasias (tumores)	17	24	13	17	23
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	-	3	1	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	15	18	11	6	9
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	2	1	5	6
VI. Doenças do sistema nervoso	3	-	2	2	6
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	49	50	65	42	57
X. Doenças do aparelho respiratório	8	12	13	19	20
XI. Doenças do aparelho digestivo	15	12	10	8	16
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	2	1	2
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	3	-
XIV. Doenças do aparelho genitourinário	3	5	-	2	4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	2	-	-	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	5	3	3	2	3
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	3	2	2	-
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	7	8	6	3	5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	72	83	73	79	46
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido					
Total	202	228	209	202	206

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM-TABNET)*

Última atualização 2016 Data da Consulta: 26/02/2019

2.1.5- Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por DCNT

Esta tabela contribui para o monitoramento do impacto das políticas públicas na prevenção e no controle das principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e em seus fatores de risco. As doenças crônicas prioritárias de combate são as doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, nas quais apresentaram um crescimento entre 2014 e 2017.

Tabela: Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por DCNT

Mortalidade Prematura (30 a 69 anos) por DCNT	2014	2015	2016	2017
Número de Casos	33	22	32	37

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2019

2.1.6- Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais). No município de Conde, percebe-se uma oscilação no número de casos de óbitos durante os últimos anos, entretanto entre os anos de 2014 e 2017 ocorreu um aumento de 4 casos. As altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. O monitoramento desse indicador fortalece a avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. Segundo a ficha de qualificação do indicador de mortalidade infantil, as taxas são

classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20) por cada mil nascidos vivos.

Tabela: Mortalidade Infantil

Mortalidade Infantil	2014	2015	2016	2017
Número de Casos	7	5	5	11

Fonte: Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal-MS, 2019

2.1.7- Mortalidade Materna

A morte materna, pode ser caracterizada por morte de qualquer mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação. As altas taxas de mortalidade materna está associada a insatisfatória assistência à saúde da mulher. Em Conde, a taxa de mortalidade materna é considerada nula, nos últimos anos, o único caso existente ocorreu em 2016.

Tabela: Mortalidade Materna

Mortalidade Materna	2014	2015	2016	2017
Número de Casos	0	0	1	0

Fonte: Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal-MS, 2019

2.2 Rede dos Serviços de Saúde, Conde – 2019

Quadro. Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos

Tipo de Estabelecimento	Municipal	Total
FARMÁCIA	1	1
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGENCIA	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	9	9
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	1	1
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	1	1
PRONTO ATENDIMENTO	1	1
POLICLÍNICA	1	1
CENTRO ESPECIALIZADO DE REabilitação	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	2	2
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	1	1
EQUIPE NASF	1	1
EQUIPE SAD	1	1

2.3 Rede de Atenção à Saúde

O Município de Conde possui 100% da cobertura de Atenção Básica e de Saúde Bucal na Atenção Básica. Segundo a nota técnica do Departamento de Atenção Básica- DAB, os componentes existentes para a consolidação da Atenção Básica em Conde/PB são a Estratégias de Saúde de Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família, Laboratório de Prótese Dentária, Programa Saúde na Escola, Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, além de serviços potenciais para o município como a farmácia municipal, policlínica e o Serviço de Atenção Domiciliar- SAD. Os serviços de saúde do município estão articulados em rede com ênfase nas redes temáticas prioritárias.

Fluxograma. Organização da Rede de Atenção à Saúde, Conde 2019



Fonte: Elaboração própria

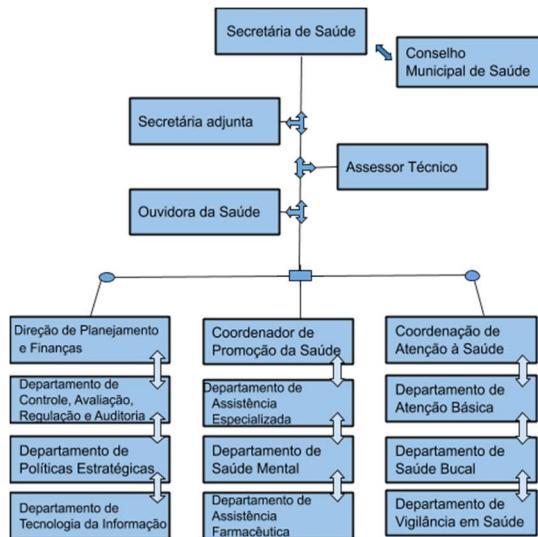
Na rede de Atenção às Urgências, além da atenção básica, encontra-se o Pronto Atendimento, o qual atende demanda espontânea, de Urgência e Emergência, encaminhamentos referenciados pelas UBS. Possui ambulância tipo B, o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências – SAMU – 192, com Unidade de Suporte Básico. Na Rede de Atenção Psicossocial, o Centro de Atenção Psicossocial I (CAPSI) e em processo de implementação, a Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência, com o Centro de Especialidades em Reabilitação II (CER II) Regional com ênfase em atendimento auditivo, intelectual e físico, regionalizado para os

municípios de Alhandra, Caaporã e Pitimbu. As Redes de Atenção a Doenças Crônicas e a Materno infantil são referenciadas prioritariamente pela atenção básica.

2.4 Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

A organização e o funcionamento dos serviços de saúde estão fundamentados em seu organograma, conforme Lei Municipal Nº 902, de 02 de janeiro de 2017, que estabelece a nova estrutura administrativa do poder executivo municipal, extingue e cria cargos em comissão e dá outras providências.

Figura. Organização dos Cargos da Secretaria Municipal de Saúde, Conde 2017



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Conde, 2017

2.5 Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde e Gestão;

O Município foi premiado da II Mostra Paraíba Aqui Tem SUS em 2019, com a experiência exitosa de integração entre a atenção básica e especializada em saúde bucal.

Título do trabalho: A Integração entre a atenção básica e a atenção especializada em saúde bucal no acolhimento de usuários acamados e domiciliados no município de Conde: Relato de Experiência

2.6 Participação Social

A participação social do município encontra-se de acordo com a Lei nº 8.142/90, a partir da criação de Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, bem como de colegiados de gestão nos serviços de saúde. No Conde/PB, são realizadas as Conferências Municipal de Saúde, Pré Conferências, participação da gestão de saúde no "Olá comunidade", destinado a escutar demandas da população. Como também, Ouvidoria da Saúde e Conselho Municipal de Saúde com reuniões mensais e quorum.

Quadro. Conselho Municipal de Saúde, Conde 2019

Conselho de Saúde									
Instrumento Legal de Criação	Lei 140 de 12 de Outubro de 1994								
Endereço	Rua Paulo da Rocha Barreto, 79, centro								
Email:	cmsconde@hotmail.com								
Telefone:									
Nome do Presidente	Maria José da								
Número de Conselheiros por Segmento	<table border="1"> <tr> <td>Usuários</td><td>6</td></tr> <tr> <td>Governo</td><td>3</td></tr> <tr> <td>Trabalhadores</td><td>3</td></tr> <tr> <td>Prestadores</td><td>-</td></tr> </table>	Usuários	6	Governo	3	Trabalhadores	3	Prestadores	-
Usuários	6								
Governo	3								
Trabalhadores	3								
Prestadores	-								

Fonte: Conselho Municipal de Conde Data da consulta: 27/08/2019

3- DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES;

DIRETRIZ 1

Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de forma humanizada, integral, equânime, resolutivo com ênfase na Atenção Básica

OBJETIVOS	METAS:
1) Implantar e ampliar o acesso aos serviços de saúde, aprimorando a política de atenção básica;	<ul style="list-style-type: none"> Implantar de 02 Equipes de Saúde da Família; Ampliar e reformar de 07 Unidades Básicas de Saúde; Implantar a Casa de Maria; Implantar 2 academias do Programa Academia da Saúde para atender as atividades do Projeto Conde Vida Saudável; Implantar a Política Nacional de Práticas Integrativa e Complementar; Implantação de Central de Marcação de Consultas; Implantar 1 Unidade de Monitoramento e Controle de Zoonoses; Implantar a política de Humanização e Acolhimento em 100% das USF; Implantar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em 100% das USF; Implantar a Farmácia Viva; Implantar o sistema Horus;
	<ul style="list-style-type: none"> Implantar prontuário eletrônico em 100% dos serviços de saúde Implementar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil
2) Fortalecer a Atenção Básica como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde e coordenadora do cuidado para promover o acesso, acolhimento, humanização, equidade e resolutividade	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a oferta de medicamento e insumos para 100% das demandas solicitadas; Garantir a cobertura populacional estimada em 100% pelas Equipes da Atenção Básica; Realizar a atualização do mapeamento do território em 100% dos cadastros individuais e domiciliares; Acompanhar as condicionalidades do Programa Bolsa Família de pelo menos 85% dos cadastrados; Garantir 100% do fornecimento mínimo de equipamentos, materiais permanentes e insumos para o funcionamento dos serviços de Atenção Básica; Adeirar ao processo de informatização para 100% da ESF conforme preconiza o MS; Realizar seleção para Agente Comunitários de Saúde-ACS para garantir 100% das microáreas cobertas; Promover apoio institucional para a promoção da integralidade e resolubilidade da AB em 100% das ESF; Desenvolver atividades da Política de Saúde da Pessoa Idosa em 100% das USF;
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir em 100% das USF e no CAPS I o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Apoio à estratégia Saúde da Família (Nasf); Promover 1 ação de práticas corporais e saúde da mulher em homenagem ao Dia Internacional da Mulher por ano; Realizar 1 campanha Agosto Dourado nos serviços de AB de Conde por ano: Semana do Bebê Realizar 1 Campanha Outubro Rosa nos serviços de AB de Conde; Realizar 1 Campanha Novembro Azul nos serviços de AB de Conde;
3) Garantir o pleno funcionamento da Estratégia de Saúde Bucal:	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a cobertura populacional estimada em 100% pelas Equipes de Saúde Bucal na Atenção Básica; Garantir a 100% da execução do rol de procedimento conforme tabela de procedimentos, medicamentos, próteses e órteses e materiais do SUS; Ampliar a média de >0,05% de ação coletiva em escovação supervisionada; Reducir a média para <5,63% de exodontias realizadas em relação aos procedimentos preventivos, intensificando as ações preventivas; Garantir em 15% a primeira consulta odontológica programada ao ano; Garantir a conclusão dos tratamentos de primeiras consultas odontológicas programáticas em 0,05%;
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir atendimento de 100% da demanda dos serviços do Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD; Implantar 7 escovódromos nas UBS; Promover a remoção de 100% das lesões cancerígenas encaminhados para o CEO; Ampliar o serviço de assistência odontológica em 50% dos acamados e domiciliados no município;

DIRETRIZ 2

Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde da atenção especializada, e das Redes de Atenção à Saúde implementando as rede de urgências e emergências, rede materno-infantil, rede da pessoa com deficiência, rede psicosocial e rede de doenças crônicas



OBJETIVOS	METAS:												
1) Qualificar a atenção especializada dos serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> -Ampliar para 80% a oferta das ações do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD; -Garantir 100% acesso dos usuários ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD -Garantir 100% dos materiais médicos hospitalares para o funcionamento da Pronto atendimento; -Adequar a ambiência do pronto atendimento para a atenção humanizada; -Adequar a ambiência da policlínica para a atenção humanizada; 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 12 reuniões do CAPS com a Atenção Básica por ano; -Realizar um cronograma de reuniões e espaços de diálogo entre a equipe do CAPS e famílias dos usuários; 											
2) Implantar e implementar a Rede Materno Infantil com ênfase na atenção básica	<ul style="list-style-type: none"> -Ampliar a razão para 0,60 de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69; -Ampliar a razão para 0,85 de exames citopatológicos em mulheres com idade entre 25 e 64 anos; -Garantir oferta de atendimento para 100% das mulheres na consulta do planejamento familiar; -Aumentar em 70% a proporção de gestantes que iniciam o pré-natal no primeiro trimestre; -Garantir que 100% das gestantes realizam o pré-natal; -Aumentar para 50% a proporção de gestantes com acompanhamento da saúde bucal; -Aumentar a proporção em 40% de crianças menores de seis meses com aleitamento materno exclusivo; -Aumentar em 85% a cobertura de crianças menores de cinco anos de idade no sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN); -Realizar 2 ações educativas nas escolas nas escolas com temáticas sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e calendário vacinal em consonância com as metas do Programa Saúde na Escola por ano; 	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir a oferta de 100% dos serviços do CAPS solicitado; -Efetivar o Projeto Terapêutico singular para 100% dos usuários; 											
3) Promover o cuidado integral às pessoas pessoas com deficiência no município de Conde na implementação da Rede de Cuidado à Pessoas Com deficiência;	<ul style="list-style-type: none"> -Adquirir veículo de 29 lugares (micro-ônibus) adaptado coletivo; -Adquirir 100% dos materiais e equipamentos para o CER preconizados no instrutivo do ministério da saúde; -Construir um plano de gerenciamento de resíduos sólidos; -Elaborar protocolos para atenção multiprofissional para 100 % dos grupos específicos de disfunções atendidos no CER; -Implantar 3 grupos terapêuticos de práticas corporais, autocuidado e promoção da saúde; -Elaborar plano de Educação Permanente do CER II; -Inserir o CER como campo de estágios para estudantes de Instituições de Ensino Superior; -Implantar 1 protocolo de acolhimento no CER a partir de critérios de admissão e com classificação de prioridades das demandas clínicas e de reabilitação; -Possibilitar acesso à 20% das mamografias para mulheres com deficiência; -Fomentar a inserção de 20% dos idosos com deficiência em grupos terapêuticos nos diversos pontos de atenção básica; -Realizar 1 levantamento por ano de pessoas com deficiência do Município e caracterização do perfil desse segmento; 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar a busca ativa de 100% de usuários hipertensos na comunidade; -Implantar grupos de hiperdia com atividades físicas e estímulos para vida saudável em 5 UBS; -Realizar a busca ativa de 100% de usuários Diabetes na comunidade; -Realizar a busca ativa de 100% de usuários com anemia falciforme na comunidade por meio de rastreamento e/ou levantamento cadastral; -Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) em 2% ao ano; 											
4) Fortalecer e potencializar a rede municipal de Urgência e Emergência;	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 1 levantamento por ano de pessoas com deficiência nas comunidade indígenas; -Realizar 1 levantamento por ano de pessoas com deficiência nas comunidades quilombola; -Apoiar a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar os 4 ciclos de visitas dos imóveis para controle vetorial da dengue por ano; -Realizar análises 90% das amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, 10u cloro residual livre de turbidez por ano; -Garantir a realização da notificação para 100% dos casos de intoxicação por uso do agrotóxicos; -Realizar inspeção sanitária em 100% de estabelecimentos solicitados e denunciados; -Garantir o preenchimento do campo "ocupação" em 80% das notificações de agravos relacionados ao trabalho; -Implantar o Plano Municipal de enfrentamento e controle de epidemias por arboviroses; 											
5) Promover o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial- RAPS	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 1 levantamento por ano de pessoas com deficiência nas comunidade indígenas; -Realizar 1 levantamento por ano de pessoas com deficiência nas comunidades quilombola; -Apoiar a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 8 oficinas para capacitação dos profissionais da Rede de atenção à Saúde para preenchimento da ficha de notificação; -Promover busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos autóctones de malária; -Implantar comissão de prevenção à malária; -Garantir 95% de cobertura vacinal adequada da vacina Pentavalente em menores de 1 ano; 											
	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir a existência de atendimento de urgências da atenção básica em 100% das USF; -Garantir atividade do Samuzinho em 100% das escolas do município; -Garantir fardamento para 100% dos profissionais que trabalham na SAMU; -Garantir o EPI para 100% dos profissionais que trabalham na SAMU; -Ofertar em 100% o atendimento do Serviço de Atenção Móvel às Urgências – SAMU -Readequação do prédio da UPA para Pronto atendimento; 	<ul style="list-style-type: none"> -Aumentar para 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados; -Realizar busca ativa de 100% dos casos de IST, AIDS e hepatites virais; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% casos de hanseníase; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos de esquistosomose; -Reduzir a mortalidade infantil em 2% ao ano; -Realizar uma capacitação com a equipe para a coleta dos testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites virais; -Fortalecer as notificações de violência contra a mulher em 100% das UBS; 											
		<p>DIRETRIZ 3</p> <p>Fortalecer a vigilância em saúde, implementando as ações das Vigilâncias Epidemiológicas, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>OBJETIVOS</th> <th>METAS:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1) Ampliar e implementar as ações das Vigilâncias ambiental, sanitária e Saúde do Trabalhador</td><td> <ul style="list-style-type: none"> -Realizar os 4 ciclos de visitas dos imóveis para controle vetorial da dengue por ano; -Realizar análises 90% das amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, 10u cloro residual livre de turbidez por ano; -Garantir a realização da notificação para 100% dos casos de intoxicação por uso do agrotóxicos; -Realizar inspeção sanitária em 100% de estabelecimentos solicitados e denunciados; -Garantir o preenchimento do campo "ocupação" em 80% das notificações de agravos relacionados ao trabalho; -Implantar o Plano Municipal de enfrentamento e controle de epidemias por arboviroses; </td></tr> <tr> <td>2) Ampliar e implementar as ações da Vigilância epidemiológica</td><td> <ul style="list-style-type: none"> -Realizar 8 oficinas para capacitação dos profissionais da Rede de atenção à Saúde para preenchimento da ficha de notificação; -Promover busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos autóctones de malária; -Implantar comissão de prevenção à malária; -Garantir 95% de cobertura vacinal adequada da vacina Pentavalente em menores de 1 ano; </td></tr> <tr> <td></td><td> <ul style="list-style-type: none"> -Aumentar para 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados; -Realizar busca ativa de 100% dos casos de IST, AIDS e hepatites virais; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% casos de hanseníase; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos de esquistosomose; -Reduzir a mortalidade infantil em 2% ao ano; -Realizar uma capacitação com a equipe para a coleta dos testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites virais; -Fortalecer as notificações de violência contra a mulher em 100% das UBS; </td></tr> <tr> <td></td><td></td><td> <p>DIRETRIZ 4</p> <p>Garantir a equidade e integralidade nas ações de atenção à saúde da população em situação de vulnerabilidade com ênfase na promoção, prevenção e reabilitação</p> </td></tr> </tbody> </table>	OBJETIVOS	METAS:	1) Ampliar e implementar as ações das Vigilâncias ambiental, sanitária e Saúde do Trabalhador	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar os 4 ciclos de visitas dos imóveis para controle vetorial da dengue por ano; -Realizar análises 90% das amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, 10u cloro residual livre de turbidez por ano; -Garantir a realização da notificação para 100% dos casos de intoxicação por uso do agrotóxicos; -Realizar inspeção sanitária em 100% de estabelecimentos solicitados e denunciados; -Garantir o preenchimento do campo "ocupação" em 80% das notificações de agravos relacionados ao trabalho; -Implantar o Plano Municipal de enfrentamento e controle de epidemias por arboviroses; 	2) Ampliar e implementar as ações da Vigilância epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 8 oficinas para capacitação dos profissionais da Rede de atenção à Saúde para preenchimento da ficha de notificação; -Promover busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos autóctones de malária; -Implantar comissão de prevenção à malária; -Garantir 95% de cobertura vacinal adequada da vacina Pentavalente em menores de 1 ano; 		<ul style="list-style-type: none"> -Aumentar para 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados; -Realizar busca ativa de 100% dos casos de IST, AIDS e hepatites virais; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% casos de hanseníase; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos de esquistosomose; -Reduzir a mortalidade infantil em 2% ao ano; -Realizar uma capacitação com a equipe para a coleta dos testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites virais; -Fortalecer as notificações de violência contra a mulher em 100% das UBS; 			<p>DIRETRIZ 4</p> <p>Garantir a equidade e integralidade nas ações de atenção à saúde da população em situação de vulnerabilidade com ênfase na promoção, prevenção e reabilitação</p>
OBJETIVOS	METAS:												
1) Ampliar e implementar as ações das Vigilâncias ambiental, sanitária e Saúde do Trabalhador	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar os 4 ciclos de visitas dos imóveis para controle vetorial da dengue por ano; -Realizar análises 90% das amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, 10u cloro residual livre de turbidez por ano; -Garantir a realização da notificação para 100% dos casos de intoxicação por uso do agrotóxicos; -Realizar inspeção sanitária em 100% de estabelecimentos solicitados e denunciados; -Garantir o preenchimento do campo "ocupação" em 80% das notificações de agravos relacionados ao trabalho; -Implantar o Plano Municipal de enfrentamento e controle de epidemias por arboviroses; 												
2) Ampliar e implementar as ações da Vigilância epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 8 oficinas para capacitação dos profissionais da Rede de atenção à Saúde para preenchimento da ficha de notificação; -Promover busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos autóctones de malária; -Implantar comissão de prevenção à malária; -Garantir 95% de cobertura vacinal adequada da vacina Pentavalente em menores de 1 ano; 												
	<ul style="list-style-type: none"> -Aumentar para 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados; -Realizar busca ativa de 100% dos casos de IST, AIDS e hepatites virais; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% casos de hanseníase; -Realizar busca ativa e acompanhamento de 100% dos casos de esquistosomose; -Reduzir a mortalidade infantil em 2% ao ano; -Realizar uma capacitação com a equipe para a coleta dos testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites virais; -Fortalecer as notificações de violência contra a mulher em 100% das UBS; 												
		<p>DIRETRIZ 4</p> <p>Garantir a equidade e integralidade nas ações de atenção à saúde da população em situação de vulnerabilidade com ênfase na promoção, prevenção e reabilitação</p>											



OBJETIVOS	METAS:
1) Garantir a equidade em saúde para a população negra e quilombola	<ul style="list-style-type: none"> -Promover 01 ação no dia de Mobilização Pró-saúde da População Negra 29 de outubro; -Implantar a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme no Município; -Monitorar 100% do preenchimento do quesito cor das políticas de saúde e nos
	<ul style="list-style-type: none"> instrumentos dos diversos pontos de atenção; -Implantar a Política Nacional de Saúde da População Negra em 100% dos Serviços de Saúde; -Garantir o monitoramento sanitário e epidemiológico em 100% da população quilombola;
2) Garantir a equidade em saúde para a população indígena	<ul style="list-style-type: none"> -Implementar a política nacional de saúde da população indígena; -Garantir o monitoramento sanitário e epidemiológico considerando os determinantes sociais de 100% da população indígena aldeada; -Estimular o parto indígena durante o acompanhamento do pré-natal de 100% das gestantes aldeadas; -Desenvolver ações que venham a reduzir os agravos de violência para 100% dos indígenas aldeados;
3) Promover a população LGBT; Atenção a integral da	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 1 ação de promoção à saúde LGBT: Fevereiro Colorido, em parceria com movimentos sociais; -Construir um projeto de Políticas de Saúde da População LGBT;
4) Promover a população refugiada atenção Integral da população refugiada	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar acolhimento e acompanhamento de 100% dos refugiados que migraram para o município;

DIRETRIZ 5	
Fortalecer a gestão em saúde, promovendo a valorização e a formação de trabalhadores de saúde e garantindo a participação popular	
OBJETIVOS	METAS:
1) Promover a formação e capacitação de trabalhadores de saúde	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar um Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde; -Capacitar 100% dos profissionais de saúde com ênfase na atenção básica, nas redes e programas prioritários; -Realizar um curso para os conselhos de saúde e lideranças de movimentos sociais; -Implantar a política nacional de educação popular em saúde proporcionando a qualificação do diálogo com a população; -Garantir que 100% dos serviços em saúde realizem reuniões entre a equipe 1 vez por mês, no mínimo; -Realizar o 1º Fórum Municipal de Ginecologia e Obstetrícia;
2) Fortalecer a gestão em saúde e garantir a participação popular	<ul style="list-style-type: none"> -Instituir mesa de negociação entre gestores e trabalhadores como um espaço de diálogo permanente e deliberativo; -Realizar 4 Pré Conferências municipal de Saúde; -Realizar a conferência Municipal de Saúde;
	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir rubrica orçamentária para o Conselho municipal de Saúde; -Garantir um espaço físico oficial para o conselho municipal de saúde;

4 - PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As metas deste plano serão monitoradas anualmente, pela a equipe da Equipe Gestora, os instrumentos de gestão anuais também contribuirão para avaliação e monitoramento por meio da Programação Anual de Saúde (PAS) e o Relatório Anual de Saúde (RAG).

Com a finalidade de contribuir para a análise da implementação do PMS 2018-2021, será utilizada uma escala numérica com quatro pontos de cortes para indicar o grau de cumprimento das metas. Esta escala considerará os seguintes intervalos de percentuais de resposta esperada, a saber: 0 a 25%, 25% a 50%, 50% a 75%, 75% a 100%. Para facilitar o monitoramento, a pontuação final será relacionada com a seguinte escala de cores:

- **Vermelho:** corresponde ao alcance de no mínimo 25% da meta pactuada e indica situação de perigo, de fragilidade da capacidade de gestão, de modo a se analisar as causas do não cumprimento da meta desencadeando novas ações que permitam a superação das dificuldades para cumprimento do objetivo previsto.

- **Amarelo:** corresponde ao alcance de 25% a 50% da meta pactuada e indica situação de cuidado, indicando que as ações dirigidas ao cumprimento da metas precisam ser intensificadas e aperfeiçoadas.

- **Azul:** corresponde ao alcance de 50% a 75% da meta pactuada e indica uma situação intermediária na qual as ações previstas precisam ser intensificadas ou aperfeiçoadas.

- **Verde:** corresponde ao alcance de 75% até 100% da meta pactuada e indica uma situação ótima capacidade de gestão em que às ações foram implementadas para o alcance dos objetivos.